

Desta forma, o valor de R\$ 6826,00, cobrado nos autos do processo nº 0029900-56.2004.5.19.0059, somente o pode ser através do regime de precatórios, nos moldes do caput, do art. 100, da CRFB/88. Feitos os esclarecimentos supra e tendo em vista a existência do "fumus boni iuris" e do "periculum in mora", liminarmente, determino ao Juízo impetrado que tome as providências necessárias a fim de que, nos autos do processo nº0029900-56.2004.5.19.0059, o pagamento do débito trabalhista se dê através de precatório, de conformidade com o disposto no caput, do art. 100, da CRFB/88. Ordeno ainda que libere qualquer quantia de titularidade do impetrante que eventualmente tenha sido sequestrada. Dê-se ciência do inteiro teor desta decisão ao impetrante. Oficie-se à autoridade apontada como coatora, para apresentar as informações que julgar necessárias no prazo de 10 (dez) dias. Após, com ou sem manifestação da autoridade coatora, remetam-se os autos ao Ministério Público, para a emissão do competente parecer, nos termos do art. 129, do Regimento Interno desta Corte. Maceió, 16 de novembro de 2010. JOSÉ ABÍLIO NEVES SOUSA Desembargador do Trabalho".

Dado e passado nesta cidade de Maceió, aos 30 (trinta) dias do mês de novembro do ano de 2010. Eu, Márcia Muritiba, Técnico Judiciário, digitei o presente edital, que vai assinado pelo Diretor da Secretaria Judiciária.

Eugênio Lisboa Vilar de Melo Júnior
Diretor da Secretaria Judiciária

Secretaria do Tribunal Pleno Resolução

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N. 18/2010

O PLENO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO que a validade do Concurso Público destinado à formação de Cadastro Reserva dos cargos públicos efetivos do quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região está prestes a expirar no dia 17.12.2010, data da publicação da Resolução n. 50/2008, no DOE do dia 17 de dezembro de 2008; CONSIDERANDO que a prorrogação do certame público decorre estritamente da Supremacia do Interesse Público e da Conveniência e Oportunidade da Administração Pública, uma vez que o art. 37, III da Carta da República de 1988 expressa: "o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período"; CONSIDERANDO que atualmente o Egrégio Tribunal Regional do

Trabalho da 19ª Região tem a extrema necessidade de novos servidores públicos efetivos aos respectivos quadros de Técnico e Analista Judiciário, pois o aumento significativo de demandas trabalhistas – outrora reprimidas – implica objetivamente no comprometimento da celeridade e prestação jurisdicional; CONSIDERANDO que, de igual turno, tramita no Congresso Nacional Projeto de Lei que cria mais 02 (duas) Varas do Trabalho no Estado de Alagoas, no qual certamente haverá a necessidade de preencher eventuais cargos de Magistrados e Servidores efetivos que lhes serão destinados; CONSIDERANDO a aposentadoria de servidores ainda que num fluxo bem menor possibilitará, em face da prorrogação do certame público, a Administração Pública a nomeação de novos servidores sem ter o gasto com o erário e o desgaste temporal de ter de realizar novo concurso público ao preenchimento dessas vagas, tornando mais eficiente e econômica a manutenção da Reserva Técnica e convocando-a, conforme surjam vagas; CONSIDERANDO, ainda, que mesmo não havendo vagas neste momento ao devido preenchimento, a prorrogação do certame público em comento se faz necessária, na medida em que a eficiência, economicidade, finalidade, impessoalidade e legalidade são as tônicas que regem o administrador público, na busca da função social do Estado Democrático de Direitos; CONSIDERANDO, de outro turno, importante frisar que a cada concurso público o número de candidatos se multiplica exponencialmente em razão da segurança e estabilidade, no qual o ser humano caminha a duras penas para concretizar a sua aprovação merecida, objetivando encontrar a sua verdadeira felicidade que é um direito fundamental indisponível; CONSIDERANDO que o Estado Brasileiro, com a atual Carta Cidadã de 1988, assegura a todos os cidadãos o direito fundamental de proteção à dignidade da pessoa humana, o valor social do trabalho, objetivando o bem de todos, reduzindo as desigualdades sociais, ofertando a todos o acesso ao emprego público de maneira igualitária confirmando o seu compromisso social; CONSIDERANDO, ainda, ser constitucionalmente livre o exercício de qualquer trabalho ou profissão, atendidas as qualificações que a lei estabelecer e de igual modo, o direito social ao trabalho, no qual a investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas. Ainda mais quando a ordem econômica está fundada na valorização do trabalho humano, que tem por fim assegurar a todos a existência digna, em razão da própria função social que o trabalho exerce no seio da sociedade, em face do direito elementar de todo ser humano pela busca do pleno emprego, em que o primado do trabalho, tem como objetivo gênese o bem-

estar, a justiça social, no encontro da felicidade;

CONSIDERANDO que a Justiça do Trabalho não pode ser a porta que se fecha para quem almeja o ingresso no serviço público efetivo de maneira justa, que concorre mediante um duro certame público que almeja a “paridade de armas”;

CONSIDERANDO que o objetivo desta Justiça Especializada visa assegurar a todos a justa medida, porque isto é finalidade primeira. Mas, também garantir o direito social de todo cidadão de ingressar nos quadros efetivos, em que esta também é finalidade pública, secundária e faz parte de sua atividade-meio que o Poder Judiciário do Trabalho tem de prestar interna corporis serviço público;

CONSIDERANDO que o Brasil nestes últimos 08 (oito) anos gerou aproximadamente 14 milhões de empregos, segundo dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, no qual a Administração Pública tem o dever constitucional de contribuir para este crescimento, na medida em que prorroga a validade de seus certames públicos, assegurando o seu compromisso social e a proteção a res publica;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 63 do Colendo Conselho Superior da Justiça do Trabalho impõe aos gestores públicos dos Tribunais Regionais do Trabalho o retorno dos servidores cedidos aos respectivos órgãos de origem, no qual a prorrogação do certame público em comento e a convocação de novos servidores efetivos também poderá, na medida proporcional de convocação e devolução, dispor de maior efetividade da presente resolução para que harmonicamente não comprometa a celeridade e a prestação jurisdicional; e

CONSIDERANDO que é tradição desta Egrégia Corte a prorrogação dos prazos de validade de seus certames, no qual os então Presidentes sabiamente pautaram pela razoabilidade, ponderação, bom senso e equilíbrio, em prol do interesse público, RESOLVEU:

Art. 1.º Prorrogar, por igual período, o prazo de validade, nos moldes do art. 37, III da CF/88, do concurso público promovido por este Egrégio Tribunal, conforme contrato celebrado com a Fundação Carlos Chagas, para o provimento de cargos do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, das categorias funcionais de Analista Judiciário - Área Administrativa, Analista Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário - Área Judiciária – Especialidade Execução de Mandados e Técnico Judiciário – Área Administrativa, homologado pela Resolução Administrativa n. 50/2008, de 16 de dezembro de 2008, publicada na edição do dia 17/12/2008 do DJE do TRT da 19ª Região e na edição do dia 22/12/2008 do DOU - Seção 1. E no dia 23/12/2008 foi publicada sua retificação.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Tomaram parte na sessão os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Pedro Inácio da Silva, João Batista da Silva, José Abílio Neves Sousa, Severino Rodrigues dos Santos, João Leite de Arruda Alencar e Vanda Maria Ferreira Lustosa, Presidente do Tribunal.

Publique-se no D.E.J.T., no D.O.U., e no B.I.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2010.

VANDA MARIA FERREIRA LUSTOSA

Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Nona Região

*Republicada por incorreção.

Secretaria de Recursos Humanos

Ato

ATO TRT 19ª GP 156/2010

ATO TRT 19ª GP Nº 156/2010

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso XLVIII do artigo 22 do Regimento Interno,

RESOLVE

ALTERAR a composição dos Membros da **COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO**, instituída pelo Ato TRT 19ª GP Nº 135/2008, de 30-10-2008, designando como Presidente o Juiz Substituto Dr. **FLÁVIO LUIZ DA COSTA**, como Membros Titulares os servidores **JOÃO FELIPE BRAGA VALCÁCER**, Analista Judiciário, requisitado da União, Secretário da Corregedoria Regional, e **JOSÉ HUMBERTO CUNHA VASSALO**, Técnico Judiciário, e como Membros Suplentes o Juiz Substituto Dr. **ALAN DA SILVA ESTEVES**, e as servidoras **SÁVIA MENEZES ALVES DA LUZ BELO**, Analista Judiciário, em exercício Provisório neste Regional, e **ADNA MARIA SACRAMENTO MESSIAS MARTINS**, Técnico Judiciário.

Dê-se ciência, cumpra-se e

Publique-se em B.I.

Maceió, 23 de novembro de 2010.

VANDA MARIA FERREIRA LUSTOSA

Desembargadora Presidente

ATO TRT 19ª GP Nº 157/2010

ATO TRT 19ª GP Nº 157/2010

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO, usando de suas atribuições legais e regimentais, estabelecidas no inciso XLI do artigo 22 do Regimento Interno, nos artigos 143, 148 e 149, parágrafo único, da Lei 8.112/90,